

Enchentes que destroem, enchentes que constroem: natureza e memória da Cidade de Deus nas chuvas de 1966 e 1967*

Floods that destroy, floods that build: the City of God's nature and memory of the rains of 1966 and 1967

Lise Sedrez, UFRJ

Doutora em História pela Stanford University
lise@sedrez.com

Andrea Casa Nova Maia, UFRJ

Doutora em História pela UFF
andrea.cn.bh@gmail.com

RESUMO: Com foco na enchente de 1966 na cidade do Rio de Janeiro, o artigo se insere na perspectiva da história ambiental segundo a qual desastres socioambientais são processos históricos. Entrevistas com moradores da Cidade de Deus, cuja fundação está ligada àquela enchente, trazem à tona as relações entre população, estado e natureza urbana, como evidenciadas pela experiência da enchente. Nossa análise mostra que, longe de serem vítimas passivas do desastre, nossos entrevistados desenvolvem estratégias de sobrevivência em busca de melhores condições de moradia, em vista das oportunidades que surgem em momentos de crise.

Palavras-chave: Cidade de Deus; desastres naturais; enchentes; Rio de Janeiro; história oral.

ABSTRACT: *With a focus on the Rio de Janeiro flood of 1966, this article is inscribed in the perspective of environmental history, which considers socio-environmental disasters to be historical processes. Interviews with residents from the Cidade de Deus (City of God), whose founding is linked to this flood, are evidence of the relations between the population, state and urban nature, as demonstrated by the experience of the flood. Our analysis shows that far from being passive victims of the disaster, our interviewees developed survival strategies to search for better living conditions, given the opportunities that arise in crisis situations.*

Keywords: *Cidade de Deus; natural disasters; floods; Rio de Janeiro; oral history*

*Este texto resulta da pesquisa, *Cidades submersas: paisagem, História e memória das enchentes no Rio de Janeiro e em Buenos Aires no século XX (décadas de 1900 a 1970)*, que recebe apoio da Faperj e do CNPq. As entrevistas foram realizadas pelas autoras e pelas bolsistas de Iniciação Científica Ana Carolina Oliveira Alves e Marcela Martins, alunas de graduação do Instituto de História da UFRJ.

Em 1966, caiu sobre a cidade do Rio de Janeiro uma das maiores chuvas de que se tinha notícia. Mais de 245mm de água inundaram as ruas em menos de 24 horas, qualificando aquela como a “enchente do século”. A cidade de quatro milhões de habitantes mergulhou em caos. Ruas alagaram, morros desabaram, garagens subterrâneas tornaram-se enormes piscinas com carros que se moviam uns contra os outros nas águas. Ironicamente, no ano seguinte, outra chuva de grande magnitude atingiu o Rio de Janeiro – e desta vez seus habitantes se mostraram muito menos pacientes com a incapacidade do governo de agir em situações emergenciais. Outras chuvas se seguiram até o fim do século – a grande enchente de 1966, em termos de precipitação pluviométrica, não está sequer entre as cinco maiores chuvas documentadas.¹ A memória da cidade, no entanto, pouco afeita e pouco interessada em frios números de meteorologistas, sabe que a chuva de 1966 é a grande enchente, a enchente pela qual todas as outras são medidas, a chuva que era castigo de São Sebastião. Na memória da cidade, 1966 é o ano em que os morros desceram, os desabrigados foram reunidos no Maracanãzinho, e o ano em que se criou a Cidade de Deus.

Chuvas fazem parte da história do Rio de Janeiro desde antes de sua fundação. Textos clássicos de Jean de Léry ou do padre Anchieta mencionam tempestades que atormentavam os habitantes, e alimentavam os mangues e a luxuriante floresta. No entanto, a chuva que caía sobre o primitivo povoado do morro do Castelo no século XVI não é a mesma que lava as grandes avenidas no século XX.² Tudo muda. As pequenas valas que escoavam a água no centro das ruas coloniais foram substituídas por grandes galerias subterrâneas, e o orçamento da prefeitura da cidade moderna deve prever custos contínuos de limpeza, desobstrução e manutenção. O asfalto e a área construída na metrópole não absorvem as águas da mesma forma que faziam as estradas de barro e lama. As expectativas dos moradores sobre as chuvas e seus efeitos também mudam: não se admite que a cidade-vitrine do Brasil seja refém dos caprichos da natureza, nem que os prefeitos e administradores urbanos confessem sua impotência quando o desastre periódico ocorre. As chuvas e o temor de mais chuvas não só influem na cidade que existe, mas também na cidade que vai existir. Assim, planos de urbanização do século XX, como o famoso Plano Agache, incluem medidas de prevenção de enchentes.³ Jornalistas e cartunistas celebram ou castigam governantes pela sua capacidade de gerir a cidade no momento das enchentes. E populações expulsas pelas chuvas redesenham o crescimento da metrópole seja pela migração interna, seja pela insistência destas em permanecer em suas comunidades em lugares vulneráveis, chamados de áreas de risco.

A enchente é um processo social e ambiental, que começa muito antes da chuva cair. As condições do ecossistema – umidade, clima, bacias hidrográficas – são marcos importantes deste processo, mas apenas marcos iniciais. Tão importantes quanto estes são as transformações sociais deste ecossistema: aterros, canalização de rios, estruturas que acumulam ou dispersam as águas em pontos críticos da cidade. Tais transformações, por sua vez, são resultados de políticas públicas de habitação e transporte, especulação imobiliária.

São resultados de visões idealizadas de cidade, de alocação de verbas em um setor ou em outro. A experiência da enchente influencia todos esses elementos.

O processo socioambiental continua, portanto, quando as nuvens encobrem o céu e as torrentes se abrem sobre a cidade – e formam o que reconhecemos como “enchentes”. Atores governamentais e não governamentais se articulam para enfrentar a disrupção violenta do seu cotidiano, e não raro entram em conflito. As medidas de emergência, planejadas ou improvisadas, em relação à enchente compõem também o processo, assim como as reações das comunidades afetadas. A opinião pública se mobiliza, seja para criar redes de solidariedade, seja para demandar soluções do poder público ao momento crítico.

É essa visão complexa das enchentes como processo e, mais explicitamente, da enchente de 1966 na cidade do Rio de Janeiro, que queremos explorar. Neste texto, argumentamos que as enchentes, usualmente descritas como forças destruidoras, são também forças criadoras, na medida em que forçam a redefinição dos espaços urbanos. Cidades são construídas através de planejamento e improvisação, de dinâmicas sociais e dinâmicas naturais. As enchentes, ao deslocarem populações, forçarem a adoção de certas políticas públicas, redesenharem a agenda urbana, os temas de debate em jornais, dão forma à paisagem urbana construindo uma *natureza urbana*, e assim questionam a separação tradicional de mundo natural e mundo humano. Nesse sentido, vimos na Cidade de Deus um espaço *criado* pela enchente de 1966, isto é, um espaço que resulta da experiência da enchente. Para entender este aspecto da enchente-processo, entrevistamos moradores da Cidade de Deus que vivenciaram as diversas fases da enchente, ou seja, a estrutura habitacional do Rio de Janeiro na década de 1960, as chuvas, as políticas emergenciais, e a ocupação daquele espaço por uma população que tinha objetivos, desejos e propósitos próprios.

Esta experiência investigativa sobre a enchente de 1966 no Rio de Janeiro sublinha também a relevância da história oral para história ambiental. A história oral cria para o historiador uma fonte única (a entrevista) que permite entender a história da cidade e sua relação com a natureza de modo particular. Nesse caso, nossas entrevistas privilegiam as memórias de grupos social e ambientalmente vulneráveis, que normalmente têm pouco registro oficial, mas que são particularmente afetados por estes chamados “desastres naturais”.

O Rio de Janeiro da Grande Enchente de 1966

Em 1966, o Rio de Janeiro vivia um momento particular de transição. Por dois séculos capital nacional, primeiro da Colônia portuguesa, depois do Império brasileiro, e finalmente da República, desde 1960 cedera este papel para a cidade planejada de Brasília, no Planalto Central. Tornara-se nesse momento uma cidade e um estado da federação independente: a enorme cidade do Rio de Janeiro no minúsculo estado da Guanabara, e os limites territoriais de um e de outro se confundiam. A cidade ainda exercia fascínio e influência na arena política nacional. Em âmbito nacional, o Brasil, desde 1964, vivia o estado de exceção da ditadura civil-militar. Carlos Lacerda,

um dos líderes civis do Golpe de 1964, fora o primeiro governador eleito do jovem estado, de dezembro de 1960 a outubro de 1965.

O Governo Lacerda foi um marco na história do Rio de Janeiro, mas não conseguiu eleger seu sucessor, em parte devido ao seu alinhamento com o golpe militar. Francisco Negrão de Lima, que pertencia ao partido de oposição, MDB, assumiu o governo em dezembro de 1965, mas devia ainda conviver tanto com o padrão inaugurado por Lacerda como com sua herança urbano-política. Lacerda se notabilizara pelo investimento em grandes obras de engenharia na cidade, como a adutora do Guandu e início do emissário submarino de esgotos para a Zona Sul. Mas era a política habitacional do seu governo que seria particularmente lembrada, pelos seus méritos, deméritos e abundantes rumores.

Uma cidade de quatro milhões de habitantes, e crescendo, o Rio de Janeiro tinha desde o início do século uma grande parte de seus habitantes morando em situação precária, em morros e favelas. Não condizia com o ideal de cidade moderna a que aspiravam suas elites. Nesta visão, uma parte significativa do problema, no entanto, não era tanto a desigualdade feroz que marcava a cidade, mas sua visibilidade. Favelas como a da Praia do Pinto, por exemplo, estavam localizadas em plena Zona Sul carioca, no Leblon, área que a especulação imobiliária sonhava anexar à dinâmica da cidade. Outras favelas nos morros da Tijuca e arredores expunham a classe média não só a uma convivência desagradável com a pobreza, mas aos riscos de deslizamentos durante as chuvas.⁴ A remoção das favelas era portanto uma prioridade do Governo Lacerda, com ou sem participação de seus habitantes. Em alguns casos, há uma adesão entusiástica do plano – os moradores de favelas receberiam afinal título de propriedade, algo inconcebível para boa parte da população.⁵ Em outros casos, no entanto, a remoção das favelas segue um caminho obscuro, pouco explicado, como no caso do incêndio que precipitou a destruição da favela da Praia do Pinto no Leblon.⁶

Lacerda investe pesadamente na criação de bairros populares em novas áreas, como a Vila Kennedy e a nossa Cidade de Deus. Estes bairros seriam povoados com os residentes das comunidades removidas, dentro de uma política habitacional certamente ambiciosa, mas claramente impositiva e autoritária. A crítica à política habitacional do governo Lacerda não significa ignorar o quadro lastimável em que se encontravam os habitantes mais pobres da cidade em 1966. As favelas, sejam as baixas como a da Maré e da Praia do Pinto, ou as altas como a do morro da Catacumba ou morro do Borel, eram áreas particularmente expostas às chuvas torrenciais que visitam a cidade todos os verões. Os chamados “solos viajantes” dos morros cariocas criam áreas de risco para moradia, em particular com o aumento do desmatamento. Alagamentos em um caso, e deslizamentos, em outro, demonstram como à vulnerabilidade social e política das populações mais pobres se soma a vulnerabilidade ambiental. Não se trata apenas de riscos de doenças, falta de condições sanitárias, esgotos ou água corrente. Alagamentos e deslizamentos trazem a esta população as incertezas sobre o presente imediato, sobre a sobrevivência de suas comunidades, sobre, por vezes, sua sobrevivência física. É um risco conhecido e aceito, quando as tormentas são toleráveis, e se incorporam ao cotidiano da pobreza,

como mais uma provação a ser vivida. Mas por vezes, as águas caem com mais força, o limite do tolerável não mais contém a experiência da chuva, e essa precariedade invisível e cotidiana passa a ser vista. Torna-se então crise. Esse era o quadro do Rio de Janeiro de 1966.

As narrativas de vida

As grandes enchentes do Rio de Janeiro tem múltiplos sujeitos: a cidade, o estado, a natureza e a população. Mas estas categorias ainda são por demais genéricas. Há que se olhar para as enchentes específicas para entender como estes sujeitos são também múltiplos. Na enchente de 1966, nosso estudo de caso, há uma cidade que se desconstrói (os morros que deslizam) e uma cidade que se constrói (como a Cidade de Deus). Há um estado que planeja a remoção da comunidade (a administração Lacerda) e um estado que reage às enchentes (a administração de Negrão de Lima). Há uma natureza urbana que *precipita* as mudanças (o regime de chuvas) e uma natureza que *sofre* mudanças (os ecossistemas das novas áreas ocupadas). E há uma população que assiste às enchentes, uma que sofre as enchentes e outra ainda que delas se apropria para desenvolver estratégias de sobrevivência – e estes três tipos descritos não necessariamente se excluem.

Neste artigo, selecionamos três entrevistas com moradores da Cidade de Deus que discutem sua experiência com as enchentes, e com os primeiros anos da comunidade. São mulheres que não só falam da dificuldade de abandonar uma vida e seu passado para começar uma nova, em outra casa, outro bairro, outra região da cidade. Elas também dão nome e feições reconhecíveis àqueles que foram atores em processo que acabou por reconfigurar a geografia da cidade, destruindo espaços e redes de socialização e sociabilidade por um lado, mas criando outros, como foi o caso da Cidade de Deus. O caminho que percorreram, desde a remoção das casas em locais de risco (e não necessariamente encostas e morros), passando pelas terríveis condições de vida nos acampamentos provisórios, até chegar num novo bairro inóspito, numa região distante e ainda em construção, é também parte do processo de enchentes, como definimos no início deste texto.

Inicialmente, construímos aqui o perfil dos entrevistados selecionados para este estudo. A formação da rede de entrevistados se deu a partir da constatação de que um número considerável de vítimas da enchente de 1966, assim como de outras grandes enchentes a partir dos anos 1960, foi removido para a Cidade de Deus⁷.

Em uma fase anterior do projeto, havíamos entrevistado moradores dos arredores da Praça da Bandeira, um dos locais emblemáticos das enchentes do Rio de Janeiro. A formação da rede de entrevistados então não conseguia alcançar, porém, as vítimas mais graves daquela região. Enquanto nossos entrevistados de então falavam das redes de solidariedade criadas por eles para ajudar os “flagelados” e os “desabrigados”, estes pareciam ter sido “varridos” pela enxurrada. Onde estariam? Mesmo a área de prostituição naquele local, então bastante

famosa, já perdera muito de sua importância. De suas antigas moradoras, só encontramos uma senhora idosa que não quis dar depoimento sobre sua vida na época. Percebemos que a vulnerabilidade frente à enchente significava também uma perda da referência espacial: a chuva, para uma parte significativa da população, não era só um momento crítico, mas um marco nas suas vidas, um antes e depois sobre o lugar de moradia. Parecia que não só as constantes inundações, mas também a segregação social mantinha na invisibilidade estes sujeitos. Permanecendo anônimos para o historiador, eles continuariam “excluídos” da História, os cidadãos que tudo perderam com a enchente. Tornava-se crucial que encontrássemos os chamados desabrigados/flagelados, e que esses pudessem nos relatar suas experiências.

Partimos assim, nesta segunda fase do projeto, para a Cidade de Deus. Entre outros entrevistados, três depoimentos se destacaram. Um deles é o de Ana Lúcia Pereira Serafim, nascida em 1959, que ainda criança acompanhou a remoção das vítimas e que nos colocou em contato com Maria Terezinha Justo de Jesus, de 1937. Esta, por sua vez, nos apresentou à Laura Pereira da Silva, nascida em 1935. Já adultas na época da enchente, as duas chegaram à Cidade de Deus por caminhos diferentes. Maria Terezinha recebeu uma das primeiras casas da comunidade, e testemunhou todo o processo de chegada de flagelados. Laura Pereira da Silva, ao contrário, chegou numa segunda leva, após as chuvas de 1967.

Estas entrevistas falam, portanto, não só da Cidade de Deus, mas da trajetória do flagelado, para o qual o título da casa própria era a coroação de uma *via crucis*, com duração de meses e anos. De fato, o caminho era feito de sacrifícios e percalços, e a ambicionada casa ao final do processo era a recompensa que deviam fazer por merecer pela persistência e pela reivindicação da condição de flagelados. Em qualquer uma das “estações” desta *via crucis* urbana, nossos sujeitos eram tentados a desistir, a não continuar, a buscar outra situação sem contar com o auxílio do Estado. E muitos o fizeram – deixaram os abrigos temporários, ou mesmo o conjunto habitacional precário que era a Cidade de Deus em 1966-67, voltaram para as comunidades que se reconstruíam após a enchente, para a proximidade de seus antigos ambientes urbanos, de seus locais de trabalho. Nossas entrevistas são representativas de um universo limitado de vítimas que passou por todos os estágios do fenômeno que foi a enchente de 1966, e da construção da Cidade de Deus.

De início, os relatos parecem conter uma narrativa comum. Após terem perdido a moradia nas chuvas de 1966, muitos flagelados tiveram que passar um longo período num acampamento no Maracanã. O estádio teve que ser interditado, o Campeonato Carioca cancelado para que cerca de 15 mil desabrigados pudessem ocupar os corredores do estádio. Conforme relato de nossas informantes, as condições de higiene eram precárias, e as famílias foram divididas – homens para um lado e mulheres para o outro. Algumas entrevistadas relatam terem ficado acampadas no Maracanãzinho, estádio menor, localizado no mesmo complexo poliesportivo. De lá, foram transferidos para a Fazenda Modelo – uma experiência

muito mais traumatizante. A Fazenda Modelo, criada em 1957, foi, até o ano de 2003, o maior abrigo de mendigos da América Latina. Atualmente no local funciona um abrigo de animais da Prefeitura do Rio de Janeiro. O médico Marcelo Cunha, ex-diretor da instituição, descreve assim o cotidiano dos antigos moradores:

Cada galpão tinha oitenta metros de comprimento e era subdividido, por paredes, em dez alojamentos, de mais ou menos oito metros quadrados, todos entulhados de beliches onde dormiam aproximadamente 36 pessoas. Não havia divisórias separando as camas. Os moradores dormiam publicamente, como nas ruas, e também publicamente faziam suas necessidades no único banheiro disponível em cada alojamento. Tudo isso os submetia a uma deprimente promiscuidade.⁸

Nossos flagelados esperavam então nestes abrigos provisórios até obterem, por sorteio, uma nova moradia na Cidade de Deus. O bairro que de fato existiu era muito diferente do bairro que fora planejado. O arquiteto Giuseppe Badolato ajudou a projetar a Cidade de Deus e, entrevistado por nós em julho de 2013, explica que deveria ter sido um projeto exemplar que revolucionaria o planejamento urbano. O plano já contava com uma expansão da cidade para a Zona Oeste. Os moradores teriam trabalho na medida em que esta se desenvolvesse, criando uma demanda de serviços e mão de obra pouco especializada. Os planos e a proposta foram aprovados em 1965, ainda sob o governo Lacerda. As obras iniciaram-se logo a seguir, começando pela terraplanagem e depois pela construção de 1500 casas da primeira gleba. O cronograma perdeu seu ímpeto com o início do governo Negrão de Lima, em dezembro de 1965.

As chuvas porém interferiram nas agendas governamentais. Em 2 de janeiro de 1966, Negrão de Lima se viu na contingência de dar conta das consequências de uma das maiores catástrofes que o Rio de Janeiro já sofrera em sua história. Naquela ocasião, apenas 1200 das 1500 casas da Cidade de Deus encontravam-se semiprontas – e por “semiprontas” entendia-se tão somente que tinham um teto. O bairro, como as casas, estava inacabado e carecia das devidas obras de infraestrutura. Após estudos emergenciais mínimos, o governo construiu banheiros coletivos e vagões de ocupação transitória, denominados Triagens, que, em março de 1966, em condições precaríssimas, permitiram iniciar a transferência das famílias flageladas para aquelas casas.

Ana Lúcia Pereira Serafim, conhecida como Dona Lucinha, nossa primeira informante, tinha oito anos na época da grande enchente. Sua entrevista é rica justamente por destacar a presença das crianças nos acampamentos provisórios. As crianças são indicadores de que a remoção não é uma remoção de indivíduos isolados, mas de núcleos familiares de distintas comunidades da cidade. As memórias de infância de Dona Lucinha nos revelam como as dinâmicas das famílias, suas relações de pais e filhos, de vizinhos, enfim, relações de poder, são feitas e refeitas. Ainda que num acampamento provisório, famílias como as de Dona Lucinha, do morro de Formiga, eram obrigadas a refazerem suas relações, suas

redes, e demarcar novos territórios. O lugar da criança que conhecia as vielas, os becos, as árvores e tinha amigos no morro da Formiga, era agora substituído por um lugar provisório, insalubre, desconhecido e com códigos diferentes. Por mais provisório que fosse, o novo local de moradia exigia uma modificação cultural, de onde emergiam novas redes sociais e teciam-se novas práticas. Havia espaços a negociar no Maracanãzinho, entre policiais, assistentes sociais, empregados do governo e outros flagelados, outras comunidades. O “abrigo provisório” podia durar de seis meses a um ano e não necessariamente era o último estágio – muitos ainda iriam, como vimos, para a Fazenda Modelo.

A memória dos abrigos provisórios se constrói em várias perspectivas. O Maracanã é comparado com a moradia anterior, mas também com a Fazenda Modelo, e também com a vida ligeiramente mais definitiva, ainda que precária, na Cidade de Deus. Refletindo sobre sua passagem pelo Maracanãzinho, local onde ficou durante pouco tempo, dona Laura Pereira da Silva, outra entrevistada, o interpreta com a chave das lembranças de outro abrigo provisório, a Fazenda Modelo, onde ficou por cerca de três meses até sua casa ser sorteada na Cidade de Deus. Dona Laura diz que sua passagem pelo estádio tinha sido boa:

Olha, fui bem tratada, porque cada um já ganhava seu colchão. E ficava ali tudo junto, família ficava assim tudo junto. Ai vinha uma pessoa que mostrava onde era o banheiro. Que chamava a gente pra hora da refeição. Toda hora tinha alimento. Tinha leite, tinha fruta, tinha tudo. Toda hora, lá no Maracanãzinho era assim. E a comida era boa. Eu não marquei não, mas acho que foi uma semana. De lá nós fomos pra Fazenda.⁹

Por outro lado, ao lembrar de sua estadia na Fazenda Modelo, compara sua experiência neste local a vida em um campo de concentração, afirmando o seguinte:

Chegou lá (...) foi a mesma coisa – eu calculo que seja um pouco melhor de que um campo de concentração. Muito triste, muito triste. Olha, era assim tudo a toque de caixa, aos gritos, aos gritos... E na hora de acordar, na hora de deitar... Os maridos tinham que dormir num alojamento. Os menores que tinham mais de 15 anos tinham que dormir no alojamento com os homens. Não podiam ficar perto da mãe. E as crianças pequenas menores de 15 anos ficavam perto da mãe. Mas se fosse assim um de 14 anos compridão tinha que passar pra lá. Muita gente! Quando apagava a luz, era de ter que tampar o ouvido. Quando voltava pior ainda. Aqueles gritos que as pessoas dão... Era horrível. A comida... parecia que molhou o arroz e o feijão e vinha pra você comer. Ficava azul o feijão. O arroz ficava como que só molhado. Quando acabava a hora do almoço você ia assim na beirada dos pavilhões, tinha pilha de comida jogada fora assim, arroz, feijão. Era a polícia militar que fazia a comida. E depois começaram a recrutar algumas senhoras que queriam ajudar pra cozinhar pros oficiais. Quando elas eram bem espertas conseguiam trazer um pratinho para a família e para as amigas. Ai a gente via passar aquela comida cheirosa assim... Não, eu nunca consegui.(...) Era sim, muito triste. Era para lá que íamos, aguardar as casas. O Maracanãzinho eles tinham que entregar para jogo, essas coisas... Tinham que limpar (...) eu fiquei na Fazenda Modelo quase três meses. Sai de lá primeiro de maio.¹⁰

A enchente fazia com que comunidades inteiras, famílias ou indivíduos, fossem deslocadas, alterando completamente não só a geografia física, mas a paisagem cultural da cidade. Como em um formigueiro depois da enxurrada, tais comunidades buscavam refazer seus laços comunitários no novo espaço ocupado, ainda que sob novos parâmetros. Dona Laura, que deixou sua casa na enchente de 1967, diz que quando chegou à Cidade de Deus, “já tinha alguns moradores que tinham vindo na enchente de 1966. Então foram encontrando pessoas que eram do mesmo morro.”¹¹

Os encontros com moradores de outros morros do Rio que também tinham sido realocados, e passando por situações provisórias que se prolongaram por quase um ano, suscitavam a conformação de novas relações de grupos com referências culturais distintas. Isso fica claro na chegada à Cidade de Deus, onde uma nova comunidade, somatório das comunidades de diferentes regiões do Rio, se constrói, tendo em comum basicamente o fato de terem sido vítimas das enchentes que assolaram a cidade nos anos de 1966 e 1967. Como afirma dona Lucinha,

Foi uma coisa assim muito estranha, engraçada, porque... todo mundo com cultura diferente, pensamento diferente... Ai se juntou todo mundo, entendeu? E as casas daqui são muito próximas as dos vizinhos... Não tinha muro, não tinha nada (...) Eu tinha que conviver com você, a gente não sabe de onde que veio aquela pessoa... Não sabia qual era a índole daquela pessoa. O que aquela pessoa pensava... E foi tudo muito difícil. (...) Foi por conta até do poder público que pegou gente de tudo quanto é lugar... Eu vim do morro da Formiga, mas teve gente que veio da Praia do Pinto, da ilha das Dragas, e de vários lugares... Juntou todo mundo, entendeu? E eu acho até é complicado para a gente, quando a gente sai da nossa casa, quando se casa, a gente sente uma dificuldade de conviver, juntar pasta de dente com o marido, juntar roupa, cultura é diferente, teve outra criação... Imagina uma pessoa dentro de casa... agora imagina uma comunidade como a Cidade de Deus, todo mundo se unir, todo mundo com o pensamento diferente, com culturas diferentes, de lugar diferente.¹²

A mudança de vida, o sofrimento e outros aspectos da reconfiguração urbana, social e cultural, aparecem em alguns trechos do depoimento. A história da infância de dona Lucinha se confunde com a história da enchente. Por exemplo, a passagem pelo Maracanã, parte de uma tragédia urbana, foi portanto marcada pela tragédia familiar da perda de um irmão.

Eu vim pra cá em 1966. Fui uma das primeiras moradoras da enchente. Vim da comunidade do morro da Formiga. A minha casa na realidade não chegou a cair, mas a gente morava lá no pico do morro, bem lá no alto, e tinha uma pedra que estava condenada a rolar. Então, nós fomos obrigados a sair, e eu era pequena, mas eu lembro, foi muita tristeza, muito choro, muita dor. E nós saímos de lá e ficamos desabrigados algum tempo. Eu não tenho bem noção, acho que chegou a um ano. Nós ficamos lá dentro do Maracanãzinho esperando uma posição. Meus pais tinham muitos filhos... Nós éramos oito. E eu lembro que teve um irmão meu que teve meningite, meu irmão mais novo teve meningite. Eu lembro que ele não chegou a vir para a Cidade de Deus, pois por lá mesmo ele morreu. E nós ficamos naquela luta, era um sacrifício muito grande. Os meus pais tinham que trabalhar, e era um sacrifício

grande...mas, mal ou bem, estavam por perto, porque da Tijuca para o Maracanã era perto, e meus pais continuaram trabalhando. E a gente não tinha noção que o governo daquela época iria levar a gente para a Cidade de Deus. E foi quando nós ficamos sabendo que a gente vinha pra esse local.¹³

No caso de dona Lucinha, o risco identificado pelo governo para a sobrevivência da família leva sua mãe a aceitar a recomendação de deixar sua casa por um abrigo provisório. Não é exatamente a natureza que obriga a família a deixar sua casa. É a decisão dos técnicos da prefeitura de que “a pedra pode cair”. Isto não significa que o risco fosse menos real – embora a pedra nunca tenha caído, como lembra dona Lucinha, e ainda resista no morro da Formiga. Mas significa que a interpretação do risco é definida por um órgão técnico, e que, neste momento de crise, o estado se torna o mediador das relações entre a população e a natureza urbana.

A incerteza da situação é uma marca importante desta experiência – a pedra vai cair? E se daqui sairmos, para onde vamos? Por isso a definição de um destino, de um objetivo, ou seja, uma casa na Cidade de Deus, é que permite à população finalmente construir estratégias de moradia. É o que acontece com Laura Pereira da Silva. Sua narrativa de vida conta a enchente do ano seguinte, em 1967, e nos ajuda na compreensão destas transformações ocorridas no espaço urbano a partir dos desastres. Sua casa não ficava em uma área de risco, mas em Bento Ribeiro, subúrbio da cidade. Naquela época, vivia em um barracão nos fundos da casa de seu compadre e pagava aluguel. Já com filhos e com o marido doente, na enchente daquele ano ela quase perdera tudo, pois, durante a chuva, a casa se encheu de água. Com seu marido internado, ela teve que decidir sozinha os rumos de sua vida e de sua família. Ela ouvira que o governo estava ajudando famílias e que iria dar novas moradias aos desabrigados.¹⁴

O relato de Dona Laura aponta para a construção de experiências com enchentes. A tormenta de 1966 criou precedentes para a ação do Governo nos anos 1960. No ano seguinte, o padrão remoção-abrigo provisório – transferência para a Cidade de Deus, seria repetido com convicção. É com base nesta expectativa que dona Laura toma a decisão por sua família, decisões que requeriam o investimento dos poucos recursos familiares. Por pouco, dona Laura não colocou seus filhos a “passar uma lista” pela vizinhança para recolher contribuições para a mudança para os abrigos provisórios. Seu compadre e senhorio acabou por presentear-las com o valor necessário – os laços de compadrio faziam que parte da vergonha do “passar a lista” pudesse recair sobre ele. Seu relato, no entanto, mostra que mesmo em uma situação de extrema pobreza, Laura foi capaz de tomar decisões estratégicas para sua família.

A situação de crise causada pelas chuvas altera a relação de forças nas comunidades e dentro das famílias. Assim, a narrativa de dona Lucinha fala de iniciativa de sua mãe em tomar a decisão de deixar a casa, contra a vontade de seu marido, homem da casa e, portanto, chefe de família:

(...) Detectaram que tinha essa pedra, que estava pra rolar a qualquer momento. (...) Acordei tendo que sair da minha casa. Desesperada. Lembro que foi uma resistência muito grande. Meu pai não queria sair. Minha mãe queria que ele saísse. Meu pai não queria sair porque achou que a pedra não ia rolar. Eu lembro que a Defesa Civil tirou todos nós a força, porque pelo meu pai não saía. A minha mãe tomou a frente e tirou todos nós. Eu lembro que ela falou para o meu pai: ‘Se você quiser ficar, você vai ficar, porque meus filhos não vão ficar aqui. Nós vamos sair.’ Ai ele: ‘...mas pra onde que você vai? A gente não tem lugar para ir’. Ela falou: ‘Não importa. Morrer com os meus filhos, eu não vou morrer’. Aí saímos.¹⁵

Em contraste, o relato de Laura fala de planejamento e esperança, aproveitando uma oportunidade única. Sua situação, conta Laura, era terrível, morando de favor nos fundos do terreno do compadre, mas não iminentemente perigosa, como no caso de dona Lucinha. Mas a segunda enchente, em 1967, e a possibilidade de obter uma casa sua fizeram com que ela, sem consultar o marido, que estava internado, resolvesse sair de onde estava, e ir para o Maracanã, aguardar por nova moradia:

Lá em Bento Ribeiro enchia. Nos fundos tinha um caimento normal de qualquer terreno, parte dos fundos mais baixa. E como fizeram o meu barracão encostado ao muro, a parede até era emendada com o muro, quando vinha a chuva forte, enchia. O telhado começou a ceder na divisão do quarto para a cozinha. Nessa última chuva eles correram lá em casa, meus compadres ajudaram a botar escoras. Eles ficaram com as crianças. Foram três dias de chuva muito forte e já estava dando no rádio que as pessoas estavam correndo para o abrigo e que o governo ia apoiar todo mundo que ficou sem casa... (...) O meu marido nessa data, ele estava no hospital em Bangu. E um ano antes teve enchente (1966) e ele não quis sair. E então saí, porque ele estava no hospital ai era eu sozinha que tinha que resolver... (...) Porque meu marido não estava em casa então a opinião era minha, né? Aí eu falei com meus compadres “ah, eu vou. Vou porque se cair outra chuva vai acabar de arriar o telhado. E eu com essas crianças...”¹⁶

Uma outra moradora entrevistada, Maria Terezinha Justo de Jesus, não foi removida por estar em uma área de risco ou no alto de um morro. Sua história também mostra a diversidade de narrativas, e a capacidade de desenvolver estratégias de habitação por parte da população, estratégias que nem sempre seguiam o modelo das políticas governamentais de assistência às vítimas das enchentes. Maria Terezinha veio de Minas Gerais e, na época da grande enchente de 1966, já morava em Duque de Caxias, quando sua família ganhou uma casa na Cidade de Deus, graças às conexões com um funcionário do Estado:

Eu sou do interior de Minas [Gerais], Poços de Caldas, vim pro Rio de Janeiro. Eu vim solteira. Morava em Caxias, trouxe a minha família, minha mãe, meus irmãos (...) Quando saíram essas casas aqui da Cidade de Deus, a minha irmã trabalhava na casa de um procurador do Estado. Ele deu uma casa para ela aqui na Cidade de Deus. Foi em 1966. Quando o pessoal estava vindo das enchentes, o pessoal desabrigado. Ele deu uma casa pra ela. E aí nós viemos pra aqui pra Cidade de Deus. A minha mãe e os filhos todos, que eram sete.¹⁷



Fonte: Arquivo Nacional
Correio da Manhã -
23/01/1966
Maracanã - Reflexos:
Alguns flagelados
conseguiram camas
instaladas, porém, em
locais impróprios.



Fonte: Arquivo Nacional
Correio da Manhã -
13/01/1966
Sangue Sobre Leme: No
morro do Leme, uma
pedra rolou sobre uma
casa, matando quatro
pessoas que formavam
uma família.

Embora não tenha sido vítima direta da enchente, dona Terezinha conheceu muitas vítimas. Uma das primeiras moradoras do bairro, ela acompanhou a chegada de várias ondas de imigrantes – dos morros, de bairros pobres ou simplesmente de periferias, como seu caso.

Se os abrigos provisórios eram precários, o destino, Cidade de Deus, não era menos precária. Como diz dona Lucinha, não havia estrutura nenhuma. No seu caso, a comparação com a vida no morro da Formiga mostra que a transferência para a Cidade de Deus era vista como uma perda em relação a uma situação conquistada:

Sáimos de um local com estrutura, tinha água e tinha luz. Com toda dificuldade como falei pra você que eu morava no morro, mas tinha tudo. E chegamos aqui, o que tinha? Chegamos aqui num caminhão. Eu lembro muito bem que lá eles deram um fogão com duas bocas, e um botijão de gás. Só isso, e a casa. Chegamos na casa não tinha nada. Tinha banheiro, mas não tinha instalação e a gente não poderia usar. Não tinha água. Não tinha luz. Era muita poeira, quando chovia era barro. A gente chegou aqui... jogaram a gente aqui. (...) Não tinha lugar pra comprar pão. Foi uma maldade que fizeram com a gente lá atrás. Não tinha lugar pra gente comprar pão. Não tinha lugar pra comprar um leite. Água... aí criaram [estruturas], o que aqui na Cidade de Deus, fala muito na treze, quinze, quatorze. Então, quando chegamos aqui, aí tinha uma estrutura, quinze, é o banheiro do quinze. Banheiro quatorze, aí tinha um banheiro que eles criaram um banheiro enorme, entendeu? Que ali, nós tomávamos banho, ali era o lugar que a gente lavava roupa, entendeu? Era só esse lugar que tinha. E as vezes faltava água, a gente teria que sair daqui desesperadamente. Quantas vezes nós íamos até ali na Tindiba, ali do lado da Freguesia, pra poder pegar água. Que não tinha água em lugar nenhum por aqui. Todo lugar faltava luz, gás, não tinha nada.¹⁸

Do relato de Terezinha ecoa esta sensação de nova precariedade e nova vulnerabilidade, e também de perda, em relação a uma situação razoavelmente estruturada. Mas no seu caso, a própria ideia de perda serve para distingui-la dos outros recém-chegados à Cidade de Deus, “o pessoal que vinha do morro”:

Aí viemos pra cá. Foi difícil porque isso aqui era um lugar abandonado, não tinha nada. Aí o pessoal que vinha de morro, de um sistema completamente diferente. A gente morava em Caxias, é muito carente sim, mas é um nível de vida diferente. Morava numa casa alugada. Vila, mas uma casa alugada que tinha tudo, tinha água, tinha luz, um comércio. E quando chegamos aqui não tinha nada. Não tinha um calçamento, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada. Banheiros coletivos, tudo precário e até o nível social diferente. Porque cada morro tinha um jeito. E aí foi difícil pra gente.¹⁹

Para Laura, no entanto, o recebimento da casa era a recompensa final por uma decisão difícil e um processo penoso – mas era um ganho:

As casas estavam prontas. Mas muitas faltavam água. Eles não entregavam sem a água. Então por isso que as pessoas tinham que aguardar lá [na Fazenda Modelo], pra fazer o encanamento. Ligar esgoto, luz, essas coisas. Eu fiquei três meses sem luz. (...) Aí não tinha recurso nenhum, nem estava preparada. E as pessoas que moravam primeiro que eu conhecia aí eu fazia assim com meus filhos ‘vai lá na casa da fulana

pede esse vidrinho de querosene, ai mandava 'vai você também, pede um vidrinho'. Às vezes um chegava sem querosene, o outro chegava com querosene eu botava na lamparina pra poder ter a luz até chegar o pagamento. Porque é...foi uma surpresa. Mas a casa, nós ficamos muito satisfeitos de ganhar a casa...²⁰

Os relatos falam de emergência, de improvisação, de descobrir caminhos novos na ausência de qualquer infraestrutura. Uma sentimento forte de perda, não só das casas, mas também das relações comunitárias, como conta Laura:

Ao invés deles colocarem todas na mesma vila, não... não era assim. Você encontrava uma pessoa que morava lá longe, outra que morava não sei aonde ai você conhecia. Eu só tive esse conhecido que morava longe como eu te falei. Mas não eram íntimos também eu não fiquei sabendo porque vieram parar aqui.²¹

No entanto, para além deste momento inicial, os relatos também falam da reconstrução destas comunidades, a partir da experiência comum. No relato de Terezinha, esta experiência comum, de conquista de um novo território, determinou a criação de seu novo núcleo familiar, com o marido, e com os irmãos que cresciam e estabeleciam raízes na área:

Veio morar aqui ele [o marido]. Eu conheci ele em Caxias. Os amigos dele moravam lá e a gente se conheceu lá. Casamos aqui. E, aí eu consegui a minha casa. E os meus irmãos também foram crescendo, foram se formando, casaram também. Todo mundo conseguiu sua moradia aqui. (...) Todo mundo no desespero, sem emprego, era muita lama pela rua. A gente pra sair, pra ir pra trabalhar tinha que pegar um circular aqui. Tinha que levar um par de sapato, vai com um e leva o outro ou vai descalça, leva pano na bolsa pra chegar lá fora, lavar os pés que era muito barro, aquele barro vermelho. Quer dizer, estava todo mundo no mesmo barco. Ônibus era uma linha só, a gente tinha que fazer aquela fila enorme, um guardava lugar pro outro. Então a gente fez amizade. Ah tem, agora mesmo teve uma aqui que, porque depois a gente ficou vizinhas, o pessoal recebeu a casa que veio da enchente, mas a minha casa ficou perto de uma família – que a gente até diz que é parente mas não tem nada a ver, só olhar a cor ... Mas acabamos sendo amigos.²²

A reconstrução de relações sociais significava que os flagelados tentavam recriar as comunidades pré-enchente – e decidir quem “pertencia” e quem “não pertencia”. Especialmente o mundo feminino – de escolas, supermercados, posto médico – funcionava como uma arena de investigação e julgamento, as mulheres como guardiãs e negociadoras dos espaços sociais da nova comunidade. Laura, não sendo estritamente uma flagelada, isto é, não proveniente de um morro destruído pela enchente, conta sua dificuldade em ser aceita por aquelas que partilhavam esta experiência comum:

Tinha um posto médico ai improvisado. E a gente levava todo mundo no mesmo posto. Saia bem cedo. Aí era do Leão XIII, que chamava o posto. A gente tinha que sair cedo. As mães todas se encontravam ali, se conheciam, falavam de onde eram. E eu quase apanhava. 'De que morro você veio? e eu, 'não, não vim do morro, não'. 'Ué, você não veio do morro não?', 'não, vim do morro não', 'ué, como é que pode? Aqui todo mundo é do morro!' Aí uma [dizia], 'ah, eu sou do morro do Salgueiro',

‘eu sou do morro não sei o quê. Passei a entender que existia tanto morro depois que vim pra cá também. Não sabia. ‘Como é que pode você não ser de morro?’, aí virava pra outra, ‘ela disse que não é do morro, não é de morro não. Como é que ela ganhou casa aqui? Não é do morro. Aí já tava quase... ‘Ué, você não é do morro, como é que ganhou casa aqui?’ Aí eu ficava... tinha que explicar. ‘Não, eu sou de Bento Ribeiro’, ‘por que que veio pra cá?’, ‘porque [da] minha casa caiu o telhado, aí eu consegui vir pra cá’. “Ah, tá muito estranho isso, não tem ninguém aqui nesse lugar que não seja do morro.” Mas aí me deixavam em paz. Muitas que já estavam lá na Fazenda, se tornaram amigas aqui porque foram aqueles três meses juntos, de sofrimento, não é ... mas eu consegui. No início foi um pouquinho difícil. Porque você abre o portão e vê pessoas – abre não que nem tinha portão – você chegou do lado de fora, vê pessoas que você nunca viu. Chega no posto médico, a mesma coisa.²³

Com o tempo, e com experiências partilhadas, sua situação mudou. Laura testemunhou como homens e mulheres estabeleceram novas relações na Cidade de Deus, buscaram trabalho perto e longe, e construíram relações de amizade e inimizade. Ela mesma descobriu parentes morando não muito longe, e criou uma rotina de convivência com estes, quando o dinheiro e a estrutura precária permitiam:

Quando eu comecei a ver alguma coisa mudando aqui, dava gosto de ver que as mulheres, as pessoas tinham força de vontade. Para ir em frente era salgadinho que elas vendiam, assim salgadinhos, alguma fazia quentinha, fazia cafezinho e ia vender nas obras. Vieram do Salgueiro, de vários morros, aí. É, ali pra Inhaúma que tem aqueles morros ali, que é o morro do Urubu, morro não sei de quê, a maioria era dali. Não tinha um trabalho, muitas trabalhavam em fábrica, casas de família até, acho que lojas também. E chegaram aqui e acharam difícil... não tinha um nada... Os homens trabalhavam na cidade. A maioria era tudo trabalhador da cidade... Mas não tinha transporte... Tinha um ônibus que tinha um guarda dentro que saía muita briga. Quem era de lá, quem era de cá, quem não sei o quê, aquela discussão. Aí tinha que ter o guarda dentro. [O ônibus era] daqui pra Freguesia. Na Freguesia tinha um ônibus, que naquele tempo era Chifrudo que falava, que tinha aquelas antenas. Aí ia pra Taquara, Cascadura, Madureira, assim. Ia pra lá. E eu tinha minha sogra que morava pra cá da Praça Seca, no Mato Alto. Meu cunhado era do IPASE, um funcionário do IPASE conseguiu aquele apartamento. Aí se eu tivesse vinte centavos, pra ir a pé daqui até a Freguesia pegar o Chifrudo, saltava na casa da minha sogra e ela não me deixava faltar nada. Ajudava. Aí deu pra mim.²⁴

As chuvas, os planos improvisados, os abrigos temporários, a chegada à Cidade de Deus e finalmente a construção de uma nova comunidade fazem parte de uma mesma narrativa, uma narrativa que evidencia a integração entre agentes sociais e a natureza urbana na construção de novos espaços urbanos. A população da Cidade de Deus ainda seria alimentada por muitas outras enchentes, ao longo das décadas de 1970 e 1980. Finalmente, na década de 1990, se torna ela mesma uma área vulnerável a enchentes, graças ao assoreamento dos rios e ao crescimento que superou em muito os planos iniciais. Mas o padrão de ocupação já fora estabelecido nesta primeira fase.

As entrevistas escolhidas, de dona Lucinha, Laura e Terezinha, evidenciam como a enchente não se encerra com o fim das águas. O impacto da experiência permanece, na lembrança do vivido, e na construção dos novos espaços, das novas relações comunitárias. Lucinha, Laura e Terezinha vinham de três ambientes diversos, respectivamente, de uma área de risco no morro da Formiga, de uma moradia precária num “bairro que enchia”, Bento Ribeiro, e de uma casa de vila alugada em Duque de Caxias. Chegaram à Cidade de Deus também por três vias diferentes: por determinação do governo de evacuação de áreas de risco (dona Lucinha), por iniciativa pessoal para melhorar sua situação habitacional, insustentável (Laura), e por conexões familiares com o Estado que lhe permitiu a posse de uma casa (Terezinha). Estas três narrativas se encontram, porém, na experiência das enchentes de 1966 e 1967, que é o momento de fundação da comunidade à qual pertenceriam. A enchente, portanto, não só reorganiza as relações das comunidades com o ambiente urbano-natural que as cerca (morro, barro, rios, chuvas), mas abre também uma janela para entender como a população definia suas decisões de moradia e formação de comunidade, seja em obediência a políticas governamentais, seja se apropriando dessas políticas para desenhar suas próprias estratégias, atendendo a seus interesses. São estas vozes que permitem reavaliar os habitantes da cidade do Rio de Janeiro que são deslocados pelas enchentes não mais simplesmente como “flagelados”, ou “vítimas” passivas da natureza, mas como sujeitos, agentes de suas histórias.

Notas

1 - PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro. *Alerta Rio*. Disponível em http://www0.rio.rj.gov.br/alertario/?page_id=141, acesso em 20 de abril de 2014.

2 - MAIA, Andrea Casa Nova & SEDREZ, Lise. *Narrativas de um dilúvio Carioca: memória e natureza na grande enchente de 1966*. *Revista História Oral*, v. 14, n. 2 (2011): 221–254.

3 - STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 1996.

4 - ABREU, Maurício de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio, 1987.

5 - PEREZ, Maurício Dominguez. *Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisseia Editorial, 2007.

6 - PANDOLFI, D. C. e GRYSZPAN, M. *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

7 - Prof. Dr. Sérgio Castilho (UFF), em conversa informal sobre o tema do projeto, nos comunicou que fizera cinco entrevistas de histórias de vida na Cidade de Deus. Naquelas entrevistas, as enchentes de 1966 ou 1967 eram constantemente citadas como marco inicial de fundação do conjunto habitacional.

Ele nos passou o contato da diretora da associação de moradores da CDD e, a partir daí, conseguimos construir nossa rede de entrevistados. Fica nosso reconhecimento a sua generosidade e colaboração.

8 - CUNHA, Marcelo Antônio da. *No olho da rua: a vida na Fazenda Modelo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

9 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

10 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

11 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

12 - Ana Lúcia Pereira Serafim, entrevista para as autoras, 16 de janeiro de 2013.

13 - Ana Lúcia Pereira Serafim, entrevista para as autoras, 16 de janeiro de 2013.

14 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

15 - Ana Lúcia Pereira Serafim, entrevista para as autoras, 16 de janeiro de 2013.

16 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

17 - Maria Terezinha Justo de Jesus, entrevista para as autoras, 29 de janeiro de 2013.

18 - Ana Lúcia Pereira Serafim, entrevista para as autoras, 16 de janeiro de 2013.

19 - Maria Terezinha Justo de Jesus, entrevista para as autoras, 29 de janeiro de 2013.

20 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

21 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

22 - Maria Terezinha Justo de Jesus, entrevista para as autoras, 29 de janeiro de 2013.

23 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

24 - Laura Pereira da Silva, entrevista para as autoras, 5 de fevereiro de 2013.

Recebido em 05/06/2014

